



## Câmara Municipal de Votorantim

ENTRADA 14 / 08 / 00

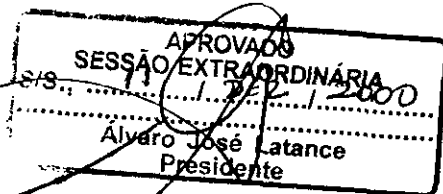
PROJETO DE LEI Nº 83/00

ARQUIVO 13 / 12 / 00

Autógrafo 11/1/00

AUTORIA JAIME AUGUSTO RANGEL FILHO

ASSUNTO: Proíbe a instalação e utilização de prédios públicos localizados no perímetro urbano do Município de Votorantim, destinados ao funcionamento de estabelecimentos penais e de estabelecimentos educacionais de infratores e dá outras providências.





# Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”  
ESTADO DE SÃO PAULO

## PROJETO DE LEI Nº 83/00

Proíbe a instalação e utilização de prédios públicos localizados no perímetro urbano do Município de Votorantim, destinados ao funcionamento de estabelecimentos penais e de estabelecimentos educacionais de infratores e dá outras providências.

### A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM APROVA:

**Art. 1º** - Fica proibida a instalação, reinstalação, utilização, manutenção e funcionamento de estabelecimento penal destinado a homens ou mulheres condenados, ~~aos~~ <sup>ou</sup> submetidos à medida de segurança, aos presos e presas provisórios e aos egressos, e de estabelecimento educacional destinado ~~a~~ <sup>à</sup> internação de adolescentes infratores, qualquer que seja a natureza do antigo prédio a ser revitalizado, no perímetro urbano do Município de Votorantim.

**Art. 2º** - Os prédios públicos localizados no perímetro urbano, que estiverem sendo utilizados como estabelecimentos penais ~~utilizados~~ a homens ou mulheres condenados, aos submetidos à medida de segurança, aos presos e presas provisórios, e aos egressos ou estabelecimento educacional destinado a internação de adolescentes infratores, deverão se adaptar ao disposto nesta Lei, num prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da promulgação da presente Lei.

**Art. 3º** - As despesas decorrentes com a aprovação desta Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento.

**Art. 4º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Plenário “Pedro Augusto Rangel”, em 14 de agosto de 2.000.**

  
Jaime Augusto Rangel Filho  
VEREADOR

mrs



# Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

**SECRETARIA DA CÂMARA EM 14/08/2.000**

Ao Sr. Presidente para o devido encaminhamento.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA EM 14/08/2.000**

Encaminhe-se ao Procurador Jurídico, para emissão de Parecer e após encaminhar às respectivas Comissões.

- ☒ Comissão de Justiça
- ☒ Comissão de Finanças e Orçamento
- ☐ Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente
- ☐ Comissão de Política Social
- ☐ Comissão de Economia
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Turismo
- ☐ Comissão de Administração Pública
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania
- ☐ Comissão de Redação
- ☐ Mesa Diretora

  
Maria de Lourdes M. R. Santos  
Secretária Geral



# Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”  
ESTADO DE SÃO PAULO

Procuradoria Jurídica

Parecer nº 082/2000.

Projeto de Lei nº 83/00, de autoria do Vereador Jaime Augusto Rangel Filho, que proíbe a instalação e utilização de prédios públicos do perímetro urbano para funcionamento de estabelecimentos penais e educacionais de infratores.

Parecer:

O projeto preenche os requisitos constitucionais e legais, nada havendo que obste o prosseguimento do processo, após pareceres das competentes comissões permanentes.

O parecer da Procuradoria Jurídica é favorável à proposição.

Votorantim, SP., 07 de dezembro de 2000.

João da Silva Neto  
Chefe de Serviços Jurídicos  
OAB/SP 102952-B



# Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"  
ESTADO DE SÃO PAULO

## PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA ao

### PROJETO DE LEI Nº 83/00

O Vereador Jaime Augusto Rangel Filho, no uso de suas atribuições legais apresenta o presente Projeto de Lei, que proíbe a instalação e utilização de prédios públicos localizados no perímetro urbano do Município de Votorantim, destinados ao funcionamento de estabelecimentos penais e estabelecimentos educacionais de infratores e dá outras providências.

Analizando as disposições constitucionais e regimentais, nada se encontrou que pudesse contrariar a presente propositura, assim sendo, é de se recomendar a sua **APROVAÇÃO** pelo Plenário, no que diz respeito aos aspectos acima mencionados.

Este é o nosso Parecer, s.m.j.

Votorantim, 11 de dezembro de 2000.

**ADILSON HOULENES MÓRA**  
Relator Especial

A Comissão de **JUSTIÇA** em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado e constitui Parecer favorável à matéria em questão.

**MEMBROS**

**PEDRO NUNES FILHO**

**ERIC ROMERO MARTINS DE OLIVEIRA**

**MARCELO DE SOUZA**

**PAULO SÉRGIO LOPES DE OLIVEIRA**



# Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

**PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO ao**

**PROJETO DE LEI Nº 83/00**

O Vereador Jaime Augusto Rangel Filho, no uso de suas atribuições legais apresenta o presente Projeto de Lei, que proíbe a instalação e utilização de prédios públicos localizados no perímetro urbano do Município de Votorantim, destinados ao funcionamento de estabelecimentos penais e estabelecimentos educacionais de infratores e dá outras providências.

De acordo com as normas regimentais e orçamentárias em vigor, nada se encontrou que pudesse contrariar a presente propositura, assim sendo, é de se recomendar a sua **APROVAÇÃO** pelo Plenário, no que diz respeito aos aspectos orçamentários e financeiros.

Este é o nosso Parecer.

Votorantim, 11 de dezembro de 2000

  
**ERIC ROMERO MARTINS DE OLIVEIRA**  
Relator

A Comissão de **FINANÇAS E ORÇAMENTO**, em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado, e constitui parecer favorável à matéria em questão.

## MEMBROS

  
**ANTONIO PEDRO FERRAZ**

  
**WILSON WILLIAM FONTES**

  
**PEDRO NUNES FILHO**

  
**JOÃO CAU**



# Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO



**AUTÓGRAFO Nº 117/00**

**PROJETO DE LEI Nº 83/00**

Proíbe a instalação e utilização de prédios públicos localizados no perímetro urbano do Município de Votorantim, destinados ao funcionamento de estabelecimentos penais e de estabelecimentos educacionais de infratores e dá outras providências.

**LEI Nº \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2.000.**

**JOÃO SOUTO NETO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** - Fica proibida a instalação, reinstalação, utilização, manutenção e funcionamento de estabelecimento penal destinado a homens ou mulheres condenados, ou submetidos à medida de segurança, aos presos e presas provisórios e aos egressos, e de estabelecimento educacional destinado a internação de adolescentes infratores, qualquer que seja a natureza do antigo prédio a ser revitalizado, no perímetro urbano do Município de Votorantim.

**Art. 2º** - Os prédios públicos localizados no perímetro urbano, que estiverem sendo utilizados como estabelecimentos penais a homens ou mulheres condenados, aos submetidos à medida de segurança, aos presos e presas provisórios, e aos egressos ou estabelecimento educacional destinado a internação de adolescentes infratores, deverão se adaptar ao disposto nesta Lei, num prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da promulgação da presente Lei.



# Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO



**Art. 3º** - As despesas decorrentes com a aprovação desta Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento.

**Art. 4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Votorantim, 12 de dezembro de 2.000.

  
Álvaro José Latance  
PRESIDENTE

  
Marcelo de Souza  
1º SECRETÁRIO

  
Antonio Pedro Ferraz  
2º SECRETÁRIO





# **Câmara Municipal de Votorantim**

**"Capital do Cimento"**

ESTADO DE SÃO PAULO



## **LEI Nº 1566**

Proíbe a instalação e utilização de prédios públicos localizados no perímetro urbano do Município de Votorantim, destinados ao funcionamento de estabelecimentos penais e de estabelecimentos educacionais de infratores e dá outras providências.

**JERSON PEDROSO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** - Fica proibida a instalação, reinstalação, utilização, manutenção e funcionamento de estabelecimento penal destinado a homens ou mulheres condenados, ou submetidos à medida de segurança, aos presos e presas provisórios e aos egressos, e de estabelecimento educacional destinado à internação de adolescentes infratores, qualquer que seja a natureza do antigo prédio a ser revitalizado, no perímetro urbano do Município de Votorantim.

**Art. 2º** - Os prédios públicos localizados no perímetro urbano, que estiverem sendo utilizados como estabelecimentos penais a homens ou mulheres condenados, aos submetidos à medida de segurança, aos presos e presas provisórios, e aos egressos ou estabelecimento educacional destinado a internação de adolescentes infratores, deverão se adaptar ao disposto nesta Lei, num prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da promulgação da presente Lei.



# **Câmara Municipal de Votorantim**

**"Capital do Cimento"**

ESTADO DE SÃO PAULO



**Art. 3º -** As despesas decorrentes com a aprovação desta Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento.

**Art. 4º -** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Câmara Municipal de Votorantim, em 20 de junho de 2001 – XXXVII – Ano da Emancipação**

**JERSON PEDROSO**  
Presidente

Publicada na Secretaria Geral da Câmara Municipal na data supra

**MARCOS MÂNCIO AFFONSO DE CAMARGO**  
Secretário Geral